

MAIS JE SEGURO



Cristina Bernardo

RISCOS CATASTRÓFICOS E CIBERNÉTICOS

Metade do PIB de Lisboa desapareceria com um terramoto

O cenário é extremo e os números do segurador Lloyd's e da Universidade de Cambridge são impressionantes. Em caso extremo com terramoto e inundações o impacto na produção de riqueza da cidade de Lisboa seria de 40.920 milhões de US dólares, ou seja, metade do PIB estimado para a cidade pela mesma organização de seguros e resseguros e que é de 80.560 milhões de dólares.

Os números detalhados a que o JE teve acesso e que se encontram compilados no Lloyd's City Risk Index, revelam que a exposição imediata da economia de Lisboa a um risco catastrófico, envolvendo fenómenos naturais ou ação humana, caso de ataques cibernéticos, ou ainda uma crise humanitária é da ordem dos 1.040 mi-

lhões de dólares. Deste montante, cerca de 840 milhões de dólares serão responsabilidade humana e o restante serão riscos naturais. Neste estudo revelado recentemente num evento da MDS - que apresentou o seu estatuto de broker do Lloyd's - Esther Pozuelo, Market Development Executive do Lloyd's Ibéria especificou que nos cinco maiores riscos que Lisboa enfrenta está o crash de mercado que pode envolver 550 milhões de dólares; ainda as inundações com um impacto no PIB da cidade da ordem dos 100 milhões de dólares; enquanto um ataque cibernético custará à cidade 80 milhões de dólares; uma pandemia humana cerca de 60 milhões de dólares e um choque no preço das maté-

rias-primas envolverá 50 milhões de dólares. Um número final deste estudo sobre Lisboa e tendo em conta o risco de inundações pelo facto de se situar à beira-rio, os 100 milhões de dólares de perdas potenciais sobem exponencialmente perante cenários catastróficos como atividade sísmica e que pode levar a perdas na economia entre os 10.850 milhões e os 40.920 milhões de dólares.

E para que serve este tipo de estudos e que neste caso envolveu 279 cidades do mundo que juntas geram 41% da produção económica do globo?

A resposta está na gestão dos riscos, com os seguros a serem parte da solução pelo simples facto de que estes vão injetar capital após um evento catastrófico. Os

seguros têm vindo a ser desafiados no desenvolvimento de novos produtos para responder às necessidades da economia e da população. Entre nós discute-se a criação do fundo sísmico e do fundo de catástrofes. Questionada a ASF sobre a evolução destes estudos, Joé Almaça, presidente da entidade de regulação, disse que estão em análise todos os parâmetros, nomeadamente perceber quem é que vai pagar o quê e que riscos vão ser incluídos. Recorde-se que José Almaça foi dos primeiros a defender a criação de um fundo para fazer face a perdas associadas a sismos, podendo depois vir a criar-se um outro fundo para catástrofes que cobriram perdas, nomeadamente de incêndios.

E se as inundações, as secas e os

incêndios é algo bem visível para toda a sociedade, o risco cibernético passou a assumir um valor à escala nacional nunca visto. Um estudo da seguradora Hiscox frisa a necessidade de prevenção de incidentes com seguros que cubram perdas próprias e responsabilidade civil decorrentes de uma violação de dados, ameaça de extorsão e falhas de segurança, sendo que a cobertura do conteúdo digital é relevante para cobrir os danos decorrentes dos crimes de difamação e violação dos direitos de propriedade intelectual. As coberturas podem estender-se à segurança de dados da indústria de cartões de pagamento e despesas com inspeções do regulador em relação à proteção de dados e custos de defesa legal. ●



Dado Ruvic/Reuters

ANÁLISE

Catástrofes e cibercrime. Onde começa um e acaba o outro

Como segurar esses riscos? O que está em causa para as cidades portuguesas?

VÍTOR NORINHA

vnorinha@jornaleconomico.pt

Lisboa pode registar 1000 milhões de dólares de perdas perante uma catástrofe, diz o grupo segurador Lloyd's. Este valor inclui vários riscos. Um ataque cibernético pode retirar 80 milhões de dólares de valor ao PIB da cidade.

E catástrofes não é apenas chuva, inundações, secas e incêndios.

Um país está sujeito aos efeitos nefastos da natureza mas também da genialidade humana. E neste número analisamos um segundo tema. Os riscos cibernéticos que começaram por afetar as empresas e as organizações, mas que já se estenderam ao risco humano. Um dos exemplos de trabalho na área dos riscos cibernéticos é a Hiscox que cobre este risco em todos o mundo há mais de 15 anos, com destaque para os países mais avançados, caso dos EUA, Reino Unido e Alemanha e que anunciou ter prestado assistência em mais de 1500 casos de ataques cibernéticos. As apólices para estas áreas cobrem perdas próprias e a responsabilidade civil decorrente de uma violação de dados, ameaça de extorsão, falha no sistema e falha de segurança. Sendo que a cobertura de conteúdo

digital - e estamos a dar o exemplo da Hiscox - inclui difamação e violação dos direitos de propriedade intelectual. Os seguradores colocam à disposição dos clientes serviços de prevenção de incidentes.

Mas é um recente estudo do grupo segurador Lloyd's em parceria com a Universidade de Cambridge que nos dá uma perspetiva avassaladora dos riscos das urbes. Foram estudadas 279 cidade se analisado o impacto de 22 riscos potenciais. E se em Lisboa as perdas são da ordem dos 1000 milhões de dólares, considerando que o impacto no mercado de capitais é o mais violento com perdas potenciais de 550 milhões de euros, um ataque cibernético implicará perdas de 80 milhões de dólares.

Mas se em Lisboa o impacto que o Lloyd's calcula não vá além das centenas de dólares, exceto em casos extremos em que desaparece grande parte do PIB da cidade, no mundo as perdas potenciais de riqueza chegam aos 546,5 mil milhões de dólares. Refere o "Lloyd's City Risk Index" que as ameaças pela mão do homem representam 59% de todo o risco, enquanto as perdas por ameaças naturais são responsáveis pelos restantes 41%. Tóquio é o pior exemplo no sentido de que é a cidade mais expostas com

perdas potenciais imediatas da ordem dos 24,3 mil milhões de dólares. Juan Arsuaga, do Lloyd's, realça o facto de o risco cibernético não afetar apenas as empresas mas a própria vida humana. Frisa que se as empresas "construírem saídas IoT nos respetivos processos podem expor-se a novos riscos cibernéticos, uma vez que estes dispositivos podem ser pirateados". Acrescentam que frequentemente estes dispositivos têm um baixo nível de segurança. Mas disto isto nem tudo é negativo, pelo contrário. A Internet das Coisas "também oferece potencial para uma melhor compreensão do risco, para produtos de seguros personalizados e para produtos que possam ser ativados ou desativados consoante os critérios" e isso poderá fazer-se "através de contratos inteligentes". A necessidade de olhar para os ciber ataques é tão mais relevante - salienta (em nota) Gonçalo Batista, diretor geral da Innovarisk - pelo facto de "os cibercriminosos não distinguem as grandes das pequenas empresas" e logo esta mensagem acabou por ainda não ressoar junto das PME. Refere o gestor que é necessário mais "trabalho pedagógico (...) para que quem toma decisões nas empresas compreenda o risco ao qual estão expostas e que existem soluções". ●

ENTREVISTA JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA presidente da APS

“O país precisa de mitigar situações extremas”

A criação de um fundo sísmico está decidido. A Associação Portuguesa de Seguradores está agora a estudar a metodologia de implementação.

O país vai ter um fundo capaz de suprir as necessidades financeiras perante um risco sísmico. A Associação Portuguesa de Seguradores está a desenhar o projeto. Jose Galamba de Oliveira, o presidente da APS diz ao JE que o objetivo é que este fundo possa abranger, numa fase posterior, outras catástrofes, à semelhança do trabalho feito em outros países. A APS tem-se concentrado em desenhar o projeto, definir características e calcular prazos para a sua implementação. O objetivo final é, na ótica de Galamba de Oliveira, a criação "de um mecanismo que permita mitigar situações de calamidade extrema".

Para quando prevê fechar o projeto do fundo sísmico? Quem o financia? E que evolução pode ter em termos de abrangência de outros sinistros?

A APS está a desenhar um Fundo que, numa primeira fase, irá contemplar o risco sísmico, prevenindo, também, abranger outras catástrofes, em fase subsequente. O objetivo é, por isso, alargar a criação de um fundo sísmico a um mecanismo a ser utilizado em outros fenómenos de catástrofes, que ainda estão a ser definidos. Neste momento o objetivo é, de uma forma o mais célere possível, começar a ter conclusões mais concretas sobre a forma como o fundo será montado, em que prazos e com que características.

Faz sentido os seguradores estabelecerem em Portugal com urgência a oferta de seguros paramétricos?

A APS não vê qualquer urgência em estabelecer-se em Portugal este tipo de seguros. De qualquer forma, a introdução em Portugal deste tipo de seguros, vai depender das estratégias comerciais dos diversos operadores no nosso mercado.

Existem índices e informação suficiente para este tipo de seguros?

Quanto à existência, ou não, de índices ou informação suficiente,

tudo depende dos riscos que se querem cobrir, mas esse não será um entrave de maior, até porque os parâmetros são tipicamente associados a fenómenos naturais mensuráveis.

As alterações climáticas são um dos maiores desafios para o setor. Como estão as seguradoras a responder às necessidades de prevenção de cheias, secas, inundações, destruição de colheitas e aparecimento de novas doenças?

Antes de mais, penso que necessitamos de trabalhar todos na criação de condições que possam mitigar as consequências de situações de catástrofe e outros imprevistos em todo o território nacional. Por isso estamos a estudar na APS a possibilidade de se criar um fundo de catástrofes naturais, tal como existe já noutros países. É importante que Portugal possua em breve um mecanismo deste tipo que permita mitigar situações de calamidade extrema. ● VN



JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA presidente da APS

“A APS está a desenhar um Fundo que, numa primeira fase, irá contemplar o risco sísmico, prevenindo, também, abranger outras catástrofes, em fase subsequente. O objetivo é, por isso, alargar a criação de um fundo sísmico a um mecanismo a ser utilizado em outros fenómenos de catástrofes, que ainda estão a ser definidos

PUB

Liberty 7 Chaves Tem tudo fechado a 7 chaves?

Já imaginou ficar sem os seus eletrodomésticos, as suas peças mais especiais ou sem toda a sua roupa? Segurar os bens que juntou ao longo dos anos é fundamental. O **Liberty 7 Chaves** protege o recheio da sua habitação em caso de roubo, incêndio ou inundação e não está limitado pela regra da proporcionalidade ao capital seguro.

Fale já com o seu Agente Liberty Seguros e segure o recheio da sua habitação.



Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Liberty Seguros, S.A. - Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 6 - 11.º - 1069-001 Lisboa - Tel. 21 312 43 00 - www.libertyseguros.pt
Pessoa Coletiva matriculada na Cons. Reg. Comercial de Lisboa sob o número único 500 068 658, com o Capital Social de 26 548 290,69€.

ENTREVISTA JUAN ARSUAGA, Mandatário Geral do Lloyd's para Portugal

“Ataques cibernéticos e inundações são as maiores ameaças às cidades”

Como é que o risco pode afetar a geração e riqueza das cidades? Para responder a esta questão foi criado o Lloyd's Index.

VÍTOR NORINHA

vnorinha@jornaleconomico.pt

Importa recordar, desde logo, que o Lloyd's é o mais importante mercado de seguro e resseguro do mundo a nível de capacidade de inovação envolvendo produtos completos. Em Portugal é a corretora multinacional MDS que tem acesso a este mercado.

O que significa a criação do Lloyd's Index? Será mais fácil determinar um risco e o respetivo prémio?

O Lloyd's City Risk Index analisa o impacto económico de 22 ameaças em 279 das principais cidades do mundo, responsáveis por 41% da produção económica global. Destina-se a qualquer pessoa que queira compreender como é que o risco pode afetar o PIB das cidades. Inclui decisores políticos e gestores de negócios nessas cidades. Inclui ainda as seguradoras que esperamos que venham a utilizar estes dados para as ajudar a identificar cidades e ameaças onde possa haver lacunas de seguros.

Quais são os riscos preponderantes nas cidades europeias e quais os transversais?

As 66 principais cidades europeias podem perder 70.330 milhões de dólares por ano em risco. As ameaças mais dispendiosas são o crash de mercado, as inundações e os ataques cibernéticos. As duas metades do continente europeu têm diferentes perfis de risco. As cidades da Europa ocidental são muito mais propensas a perder riqueza através de um ataque cibernético, inundação e choque de preços de matérias-primas. As cidades de Leste Europeu estão mais expostas a perdas por conflito civil ou entre estados. Muitas cidades europeias estão expostas a condi-

ções meteorológicas extremas e paradoxais. As ondas de frio e de calor representam 1210 milhões de dólares e, de forma mais crítica, as inundações e a seca representam 10.680 milhões.

Até que ponto estão os cidadãos e as empresas cientes dos riscos e da possibilidade de cobertura de riscos ambientais?

As cidades europeias são mais resilientes do que as de outras regiões. Das 36 cidades classificadas com muito forte resiliência, metade concentra-se na Europa. Em geral, o continente tem controlos mais fortes para mitigar os seus riscos e está bem seguro. No entanto, se todas as cidades europeias maximizassem a sua resiliência, poderiam poupar ao continente acima de 2.600 milhões de dólares. Os seguros podem desempenhar um duplo e valioso papel na redução dos impactos de desastres através

da construção de cidades mais resilientes e na redução da sua vulnerabilidade. Depois de um acontecimento, os seguros cobrem os custos de reconstrução, o que significa que a economia pode recuperar mais rapidamente.

Os seguros paramétricos podem basear-se neste Index?

O CRI apresenta os resultados de um modelo de risco em todo o mundo. Os produtos paramétricos são desencadeados por acontecimentos reais e pelos índices definidos por esses acontecimentos. O nosso índice não é assim, por isso não seria adequado para esses produtos. O índice destaca, contudo, grandes exposições aos riscos por parte das cidades e ajuda a sublinhar quando é que os seguros (paramétricos ou outros) podem ser úteis para os gerir.

O risco cibernético está suficientemente estudado para uma abordagem realista para o segurador e para a empresa?

Esperamos que as empresas, mediadores, seguradoras e até mesmo os governos utilizem o City Risk Index para explorar o nível de risco das respetivas cidades. Podem comparar-se com outras cidades num grupo de congéneres à sua escolha; podem ver qual o nível de resiliência que o Centro para os Estudos de Riscos de Cambridge Centre for Risk Studies lhes atribuiu; podem explorar o risco anual do PIB (como média de longo prazo) por cada ameaça e em conjunto – podem também ver uma estimativa de custos decorrente da ocorrência de uma das ameaças (“cenários”) – apresentamos um cenário extremo e outro mais moderado (ou de média dimensão). Esperamos que reparem como é que os grandes cenários individuais se comparam ao custo médio a longo prazo – que sublinha a necessidade de efetuar poupanças regulares

“

As cidades da Europa ocidental são muito mais propensas a perder riqueza através de um ataque cibernético, inundação e choque de preços de matérias-primas. As cidades de Leste Europeu estão mais expostas a perdas por conflito civil ou entre estados.



para enfrentar desastres ou organizar instrumentos ou seguros pós-desastre. Acreditamos que a abordagem do seguro faz pensar antes do desastre e ajuda as cidades a prepararem-se antecipadamente.

Até que ponto é que o risco cibernético passou a afetar não apenas os dados mas também a vida das pessoas com a IoT?

A Internet das coisas é uma designação geral para os dispositivos ligados através da Internet. Como tal, se as empresas construírem saídas IoT nos respetivos processos podem expor-se a novos riscos cibernéticos, uma vez que estes dispositivos podem ser pirateados – e, frequentemente, têm um baixo nível de segurança. A IoT também oferece potencial para uma melhor compreensão do risco, para produ-

tos de seguros personalizados e para produtos que possam ser ativados ou desativados consoante os critérios – possivelmente através de contratos inteligentes.

A existência de um índice permite melhorar o tempo de espera das indemnizações e controlar a fraude?

O Lloyd's City Risk index não foi pensado para controlar a fraude nem para incidir na gestão das indemnizações.

O índice permite perceber até onde vai o paradigma dos novos riscos?

As ameaças no índice foram selecionadas entre uma análise às causas de perturbações catastróficas da história social e económica dos últimos milhares de anos e de uma

abrangente análise às potenciais causas no futuro. Inevitavelmente, esta seleção pressupõe a realização de escolhas e quase omite algumas ameaças que podem ter impacto no PIB.

Portugal é um país de riscos catastróficos pelo facto de ter cidades à beira-rio?

O Lloyd's City Risk Index analisa cidades e não países. No caso de Portugal, a cidade analisada foi Lisboa. Sobre um PIB de 80.560 milhões de dólares atribuídos à cidade de Lisboa o GDP@Risk é de 1.040 milhões de dólares o que representa 1,29% de GDP@Risk. Uma parte importante do risco está no terramoto e na inundações mas não devemos esquecer a importância de riscos causados pelo homem, como os riscos financeiros, como um possível market crash e uma queda do preço das matérias-primas. No nosso Lloyd's City Risk há um estudo pormenorizado dos riscos que afetam Lisboa.

O RGPD vem alterar os modelos de estudo e a abordagem aos clientes?

A nova norma incluída no RGPD é sem dúvida uma oportunidade para o nosso setor. As empresas devem rever as suas atuações em matéria de proteção de dados, adaptá-las e modificá-las, se necessário, ao novo regulamento. As seguradoras devem desempenhar um papel muito importante neste exercício, não só assessorando mas também proporcionando as coberturas adequadas a cada empresa e a cada caso.

Qual o papel das insurtech na perceção dos novos riscos?

O Lloyd's está a lançar uma nova Incubadora/Aceleradora de Inovação denominada LloydsLab. Parte disto será incentivar as start-ups a apresentarem as respetivas ideias ao Lloyd's. Definimos os nossos quatro temas para este ano (ver www.lloydslab.com) e estes incluem um que incentive a entrada de novos dados no mercado para uma melhor compreensão do risco e um segundo tema que procura detetar riscos emergentes que possam requerer novos produtos.

A Lloyd's passou a ter licença para operar com escritórios em Bruxelas. Qual a importância desta aprovação?

Recentemente, recebemos aprovação do regulador para a nossa nova subsidiária Lloyd's Brussels. Isto significa uma continuidade empresarial para todas as partes interessadas no pós-Brexit. Significa que os nossos clientes no EEE continuam a ter acesso às políticas especializadas do Lloyd's e fornecemos-nos oportunidades para continuarmos a fazer crescer os nossos negócios no continente. ●

RISCOS EMERGENTES

“O mundo está globalizado e os riscos também”

Na lista dos grandes riscos que poderão afetar a humanidade e a economia mundial, constam as alterações climáticas e catástrofes naturais, terrorismo e conflitos sociais, “crash” de mercado ciberrisco.



PAULA RIOS
Administradora da MDS

Em resposta aos novos riscos que estão atualmente a emergir, a MDS e a Brokerslink desde sempre têm procurado estar na vanguarda da inovação em risco e seguros. “O nosso extenso network permite-nos um acesso praticamente ilimitado ao ‘state of the art’ no nosso setor, sempre numa perspetiva de servir os nossos clientes mas também de partilhar o conhecimento a que temos acesso”, afirma Paula Rios, administradora da MDS Portugal.

Questionada sobre os grandes riscos que poderão afetar a humanidade e a economia mundial, a responsável destaca, desde logo, as alterações climáticas e as catástrofes naturais, o terrorismo e os conflitos sociais, assim como os “crashes” de mercado e o ciberrisco.

E neste contexto, acredita que os seguradores estão preparados tecnicamente para responder às necessidades emergentes dos grandes e pequenos clientes. Em seu entender, o setor tem demonstrado “uma grande resiliência e capacidade de adaptação e inovação. Quer através de uma maior proximidade e rapidez de resposta no caso dos pequenos clientes (por exemplo através de ferramentas digitais) quer através de produtos totalmente adaptados às necessidades dos grandes clientes e com a complexidade exigida pelos riscos que estes enfrentam”. Certa de que “o mundo está globalizado e os riscos também”, acrescenta ainda que, “hoje, mesmo os riscos que achávamos que estavam ‘longe’ estão aqui mesmo. Basta ver os fenómenos climáticos extremos, que antes eram exclusivos de certas zonas do planeta e agora também ocorrem em locais insuspeitos”. Porém, Paula Rios considera que, atualmente, há uma maior consciência de tudo o que se passa, devido à informação que nos chega instantaneamente.

Particularmente sobre o ciberrisco alerta para o facto de ter estado, até agora, muito ligado à perda e roubo de dados, contudo, defende, “estamos a entrar numa nova fase deste risco. Os ciberataques a certos equipamentos podem impactar em vidas humanas, nomeadamente nos casos dos veículos autónomos, pacemakers e outros equipamentos médicos, ou aviões. À medida que a Internet of Things invade o nosso dia a dia, e cada vez mais equipamentos estão interligados, a probabilidade de sermos atacados é cada vez maior, e aí não haverá apenas danos materiais, mas também a pessoas. O Ci-

berrisco é, sem dúvida, um dos riscos mais graves que iremos enfrentar nos próximos tempos”.

Sobre este cenário, que se manifesta através de atentados ou ataques informáticos”, a especialista mostra-se convicta de que as pessoas, e as empresas, estão hoje mais protegidas, realçando a existência de diversos produtos que garantem desde os danos a terceiros aos danos próprios das empresas, com os produtos e soluções a acompanhar a evolução

deste risco. No entanto, frisa, “não esqueçamos que antes da transferência para o seguro tem de haver uma adequada gestão de risco, que passa por algo que sempre aconselhamos aos nossos clientes: fazerem uma correta avaliação do seu risco, das suas proteções, etc, através de empresas especializadas, quer em segurança de pessoas e bens, quer em cibersegurança. O seguro será apenas mais uma fase na construção desse processo de proteção”. ● VN e SB

PUB

APROSE. UM SÍMBOLO DE CONFIANÇA.





Autentia Segur
Soc. Mediação Seguros, Lda.

Portugal: António Silva
Avenida 17, 4057 - Invulso 181985 - Medição 407000075
Categoria: Agente de Seguros Colaborador - Invulso 27913007
Número: Vida e Não Vida - N.º: 555 879 954

Os associados da APROSE, mediadores profissionais de seguros independentes, beneficiam de vantagens únicas que fazem a diferença no exercício da sua profissão.

A APROSE assegura, num mercado cada vez mais complexo e difícil, a defesa dos interesses da mediação junto das autoridades nacionais e internacionais.

A APROSE transmite aos seus associados informação útil e atempada, contratualiza programas de formação especializada, fornece apoio jurídico e disponibiliza, em condições únicas, o Seguro de Responsabilidade Civil Profissional.



APROSE

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
AGENTES E CORRETORES DE SEGUROS

Os Corretores e Agentes de Seguros associados da APROSE são mediadores independentes que se distinguem pela competência e qualidade do serviço que prestam.

Ed. Infante D. Dinis - Praça da República, 93 - Sala 301 - 4050-497 Porto - Portugal
Tel. +351 222 003 000 - Fax +351 223 322 519 - email: aprose@aprose.pt

PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS PODEM FAZER DIFERENÇA

No topo das preocupações das empresas em Portugal estão hoje os riscos cibernéticos e os efeitos das alterações climáticas. Atento a esta evolução, o mercado segurador tem vindo a ajustar e estender as suas soluções, apostando essencialmente na prevenção e mitigação destes riscos. *SB*

1 COMO RESPONDER PERANTE A NECESSIDADE DE UMA COBERTURA PARA UM ATAQUE CIBERNÉTICO?

2 QUE RESPOSTA TÊM PARA A SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS ALVO DE ATAQUE?

3 QUE RESPOSTAS TÊM PERANTE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS IMINENTES? O QUE É POSSÍVEL FAZER EM TERMOS PREDITIVOS?



JOÃO ARRUDA
Head of Clients da Willis Towers Watson Portugal

1. Paradoxalmente, fazendo mais perguntas para parametrizar e contextualizar essa necessidade. Se o objetivo for mais do que colocar uma apólice para respeitar uma 'check-list', a transferência de risco para o mercado segurador deverá ser precedida pelo mapeamento e análise da exposição da organização às diversas dimensões do risco cibernético – desde logo porque nem tudo será segurável. Por exemplo, 69% das quebras de segurança cibernética, estão relacionadas com o risco humano (interno), sendo essencial aferir de que forma a cultura de segurança está enraizada na empresa. Feita esta análise e identificadas medidas de mitigação, as nossas ferramentas permitem quantificar a exposição, permitindo tomar uma melhor decisão sobre o limite a transferir para o segurador. Relevante será também conduzir um 'gap analysis' uma vez que uma transferência realmente eficiente apenas será possível combinando as diferentes apólices, com o melhor custo possível.

2. Em média, decorrem 205 dias entre o momento em que há uma violação de um sistema e a sua deteção. É a montante do incidente que podemos/devemos atuar primeiro, não só na análise, mitigação e transferência, mas no desenho de planos de continuidade de negócio robustos e exequíveis, que garantam a mais rápida reposição possível da atividade da organização quando se materializa a perda/interrupção. A gestão do incidente é, porventura, a face mais visível (e importante) do papel de um consultor/corretor. A verdade é que se trata de um risco no qual existe ainda relativamente pouca experiência em Portugal (e até na Europa). Já nos EUA, há mais de 20 anos que acompanhamos de forma próxima alguns dos maiores sinistros, o que nos garante um enorme capital de conhecimento que colocamos ao dispor dos clientes.

3. São várias as dimensões a considerar: os fenómenos extremos podem ter impacto direto na atividade de uma empresa, implicando a paralisação ou, indireto, em virtude de eventual quebra da cadeia de fornecimento. A variação de índices climáticos pode também resultar numa ameaça grave para a atividade económica, por isso apoiamos no mapeamento destes riscos, modelização e quantificação, através de modelos analíticos para avaliação de riscos catastróficos, assim como na identificação de índices paramétricos, culminando, em ambos os casos em soluções de financiamento do risco, ao melhor custo possível, ora pela via tradicional (seguros) ou meios alternativos.



NELSON FERREIRA
Diretor da área de Linhas Financeiras - AIG



DAVID NUNES
Subscritor Senior
Responsabilidade Ambiental - AIG

1. Hoje, o mercado segurador já tem oferta suficiente para a transferência de grande parte destes riscos. As empresas dispõem de várias soluções para custos que podem incorrer quando são alvos de um ataque. Os primeiros momentos após um ataque são fundamentais e é preciso uma estratégia para gestão de crise, uma vez que as empresas incorrem em custos de primeira resposta. Podem contar com o apoio de especialistas na área para a mitigação ou prevenção de maiores danos. Os serviços incluem informáticos forenses que ajudam na investigação e recuperação de dados e advogados que apoiam na comunicação obrigatória de alerta aos titulares dos dados. Um ataque pode causar danos gravíssimos na reputação e as empresas de relações públicas prestam um serviço importante minimizando estes danos. Um ataque cibernético traz outros danos, nomeadamente perdas de lucros. Um 'shutdown' dos sistemas informáticos, distribuição e/ou produção podem resultar em perdas significativas.

2. A transferência do risco é uma forma das empresas salvaguardarem o seu património. Os prejuízos resultantes de um ataque cibernético podem ter um impacto significativo nos resultados. Dado a incerteza da extensão destes ataques, as empresas têm dificultado em provisionar os danos no seu balanço. Outro fator é a própria mais-valia que o seguro traz em termos comerciais. Ter um seguro de riscos cibernéticos pode ser uma vantagem competitiva perante fornecedores e clientes, uma vez que ilustra uma boa prática de gestão de risco.

3. Verificamos que eventos relacionados com as alterações climáticas, como períodos de seca extrema ou cheias de ponta, têm originado várias situações de sinistro, perturbando o bom funcionamento das empresas. Sendo uma problemática de larga escala e sem soluções no imediato, a melhor forma de lidar com esta questão será pela via da prevenção, não só relativamente à própria atividade da empresa mas também relativamente a todos os 'stakeholders' parte integrante do seu negócio.



JOHANN KOPP
Diretor de P&C – Empresas da Allianz Portugal

1. Os danos e custos associados a ataques cibernéticos estão em franca expansão e abrangem tanto as grandes como as pequenas empresas e são extensivos a quase todos os setores. A legislação sobre proteção de dados veio exigir às uma maior responsabilidade o que implica uma maior carga económica para as empresas, quer em termos de "Compliance", como em soluções. Existem, de facto, uma multiplicidade de riscos inerentes à presença digital de cada empresa, nomeadamente riscos ligados aos ataques cibernéticos como extorsão, roubo de dados, restauração de dados, entre outros; e riscos ligados a perda de lucros, como lacunas na legislação e ações de entidades reguladoras.

2. De forma a responder às necessidades e preocupações, a Allianz Portugal está a desenvolver um novo produto de riscos cibernéticos que será lançado ainda este ano. A abordagem da Allianz é feita com base na prevenção e na reparação pós sinistro. No âmbito da prevenção, este novo produto, garantirá um conjunto de coberturas, como aceder a uma plataforma online para detetar vulnerabilidades dos equipamentos e proceder à correção. Em caso de ataque, garantirá diversos gastos, destinados a repor o sistema informático. O cliente pode recorrer a um serviço de assistência legal prestado por advogados especializados. Estão sempre incluídas as coberturas de Responsabilidade Civil por atos do cliente ou dos prestadores de serviço externos assim como a cobertura de Perda de Lucros em consequência da falha ou inutilização total/parcial do sistema informático.

3. As alterações climáticas representam um grande desafio para as seguradoras, principalmente no que toca à responsabilização dos danos causados pelas consequências de catástrofes naturais, incêndios, entre outros acontecimentos que podem decorrer a qualquer momento. Tendo consciência desta imprevisibilidade e dos efeitos, os seguros visam proteger os indivíduos afetados por estes acontecimentos. Neste sentido, a Allianz desde sempre teve nos seus produtos as coberturas que incluem a proteção em caso de Incêndios, explosões, fumo, inundações, tempestades, entre outros. É também neste âmbito que tem prestado apoio, em diversos momentos, às pessoas afetadas nestas circunstâncias de intempéries, adotando medidas que ajudem a solucionar os problemas eficazmente. Exemplos desta ajuda são as linhas de apoio 24 horas para participação de sinistros nos incêndios de Pedrógão Grande e também das cheias e tempestades.



ANTÓNIO CARVALHO
Responsável de Empresas e Negócios Especiais da Liberty

1. Em primeiro lugar, para se protegerem de um ataque cibernético, as empresas devem apostar na prevenção e ter um bom antivírus, firewall e outras medidas de segurança, que continuam a ser imprescindíveis. Mas, por mais segura que seja a rede e mais atualizadas que estejam as defesas, todos os dias surgem novas e mais sofisticadas ameaças, diretas e indiretas. Por isso, é fulcral estas assumirem a eventualidade de o seu negócio ser atacado através dos canais digitais e acatelaarem a recuperação dos dados e da reputação. No fundo, trata-se de segurar a informação.

2. Recentemente, desenvolvemos um novo produto, o Liberty Cyber Risks, que é um seguro de Responsabilidade Civil que responde pelos prejuízos decorrentes de ataques às redes digitais das PME. Este inclui coberturas de Responsabilidade Civil, por violação de regulamentos de privacidade, confidencialidade e medidas de segurança; coberturas de defesa, multas e indemnizações em procedimentos regulamentares, por vulnerabilidade de normas de privacidade e proteção de dados, e de proteção do cliente e gastos reputacionais; e coberturas Danos Próprios que abrangem danos a ativos digitais, interrupção não física do negócio e despesas extra, ciber extorsão e responsabilidade civil por atividades multimédia.

3. Nos últimos anos as perdas económicas no mundo e também em Portugal, provocadas por tempestades, sismos e incêndios, atingiram vários milhões de euros, sendo uma realidade que é vista com alguma preocupação pelo mercado segurador. Verifica-se uma ausência de coberturas de seguros para o património com valor económico e, noutros casos, uma deficiente e inadequada relação entre o capital seguro nas apólices e o património em causa. O despertar para a necessidade dos consumidores de subscreverem seguros de incêndio ou multiriscos, para a salvaguarda do seu património, tem levado a que se tenham desenvolvido soluções de seguros, tendo a Liberty Seguros lançado no mercado diversos produtos segmentados para o mercado das PME. Em complemento à proteção patrimonial, temos o seguro de Responsabilidade Civil Ambiental, adaptado à legislação portuguesa, que determina quais as atividades que são obrigadas à contratação deste tipo de seguro, ao estabelecer o princípio do "poluidor-pagador", bem como o regime aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

“Cada euro de prevenção faz poupar cinco no futuro”

Atualmente, as alterações climáticas afetam todo o planeta e Portugal tem passado, sobretudo nos últimos anos, por cenários de gravidade assinalável.

VÍTOR NORINHA

vnorinha@jornaleconomico.pt

Com todo o planeta a ser afetado pelas alterações climáticas, Portugal não poderia ser diferente. José Coutinho, Chief Underwriting Officer da Zurich Portugal explica: “Os padrões da precipitação estão a mudar e o nível médio das águas do mar a subir, e também se assiste ao aumento das vagas de calor e da seca. Mas não é por isso que se diferencia de outros países, principalmente do sul da Europa e a bacia do Mediterrâneo particularmente vulneráveis às alterações climáticas, que têm de estar atentos a estas situações. Embora ainda não esteja comprovado de forma clara a ligação entre as alterações climáticas e a frequência de grandes tempestades, a realidade é que estas têm aumentado, aumentando consequentemente os danos causados por elas. Facilmente nos recordamos de eventos de cheias na Madeira, das inundações no Algarve e mais recentemente dos fatídicos incêndios que assolaram grande parte do país. Perante esta realidade, importa olhar para os esforços feitos na redução destes riscos.

Nós sabemos que por cada euro gasto na redução de riscos e dos seus impactos antes de eventos catastróficos, estamos a poupar cinco euros em perdas futuras. Aqui é que deve estar o foco: na defesa e preparação. A Zurich ajuda a fazer isso mesmo através da sua oferta alargada de soluções a particulares e empresas, e dos seus serviços de engenharia de risco.”

Mas o setor não para e há evoluções. Diz o gestor que “a natureza do seguro para fazer face a riscos catastróficos é de garantir os danos causados pelos eventos naturais, pagando indemnizações, autorizando reparações ou reconstruções sempre que adequado. As soluções de riscos catastróficos têm, contudo, vindo a evoluir gradualmente pelo que começam a surgir novas formas de proteção, especialmente em áreas ligadas à agri-



José Coutinho, Chief Underwriting Officer da Zurich Portugal

cultura e ao setor da energia.”

O segurador Zurich tem estado na linha da frente no que diz respeito à apresentação de estudos relevantes nesta área. É parceira do Fórum Económico Mundial na apresentação do estudo Global Risks Report, por exemplo, e apresenta ainda o estudo “Zurich PME: Riscos e Oportunidades”.

No último Global Risks Report, apresentado em janeiro deste ano, as questões ambientais surgem precisamente como um dos principais riscos para 2018, com especialistas a referir o clima extremo, o colapso do ecossistema, os grandes desastres naturais, o fracasso da

O estudo “Zurich PME: Riscos e Oportunidades” demonstra, na sua última edição, “o preocupante facto de que apenas 27% das PME inquiridas referirem que o impacto dessas alterações seria nulo para o negócio

mitigação e da adaptação às alterações climáticas.

Frisa ainda José Coutinho que o estudo “Zurich PME: Riscos e Oportunidades” demonstra, na sua última edição, “o preocupante facto de que apenas 27% das pequenas e médias empresas portuguesas inquiridas no estudo referirem que o impacto dessas alterações seria nulo para o negócio. Mas Portugal não está sozinho nesta conclusão, já que Irlanda, Itália, Suíça e Áustria partilham da escassa preocupação relativa a este tema. Estes indicadores confirmam que grande parte dos empresários portugueses ainda está pouco sensível à questão das alterações climáticas e, sobretudo, aos efeitos no seu negócio.”

Os analistas sustentam ainda que “os danos materiais são os mais temidos pelas empresas portuguesas, já que 39,5% aponta este fator como o mais preocupante. Na verdade, o mais preocupante é não haver, nas empresas inquiridas, uma noção de ligação entre um dado e o outro. As alterações climáticas já são uma realidade e a Agência Europeia do Ambiente identifica o sul da Europa e a bacia do Mediterrâneo entre as regiões europeias particularmente vulneráveis. As empresas portuguesas têm de estar sensibilizadas para este tema e compreender o panorama global da questão para apostar na prevenção e proteção”. ●

O impacto dos riscos cibernéticos e ambientais para o canal de distribuição de seguros



LEANDRO FERNANDES
CEO Illuni software

Se por um lado, constatamos um novo paradigma de gestão da informação que introduz a presença de assegurar os riscos de perda, furto, uso abusivo e deturpação dos dados, é também visível uma alteração significativa sobre questões climáticas, catástrofes naturais, tragédias e conflitos político-sociais que impõe ao setor segurador a necessidade de produzir soluções inovadoras que

respondam adequadamente a estes novos riscos. As seguradoras enfrentam assim um complexo desafio na criação de novos produtos de seguros que respondam de forma eficaz e sustentada devido à falta de dados históricos e de fatores preditivos que tornem viável o cálculo do risco envolvido.

Nesta conjuntura, é igualmente importante que o canal de distribuição de seguros - os mediadores de seguros - estejam ativamente envolvidos nesta transformação na medida em que terão um papel primordial na sensibilização e aconselhamento dos clientes de forma a garantir a salvaguarda de todos os riscos inerentes à atividade específica de cada um, cumprindo aliás, com o dever de informação e capitalizando a oportunidade de introduzir novos produtos no mercado.

O mediador de seguros deve, paralelamente com o estudo destes novos produtos fornecidos pelas seguradoras, investir no desenvolvimento das suas equipas, dotando-as de um profundo conhecimento em matérias tecnológicas e ambientais, à semelhança do que fazem hoje nos riscos mais “tradicionais”.

Em concreto, o mediador deve, em matéria de tecnologia, ser capaz de avaliar do ponto de vista de risco o parque informático e sistemas de informação dos seus clientes, de forma a poder pronunciar-se com um correto aconselhamento na transferência de responsabilidades para a seguradora em caso de desastre.

Perceber, por exemplo, qual a política de backup e recuperação de dados implementada, tipos de dados envolvidos e o valor que representam para o negócio do cliente, políticas de firewall, anti-intrusão, anti-phishing, privacidade, controlo de acesso à informação, o risco existente nos sistemas de conectividade externos (webservices) com clientes, fornecedores, reguladores, etc, são temas que devem ser avaliados de forma eficaz e competente. Só assim será possível ao mediador de seguros apresentar um aconselhamento adequado tendo em conta as soluções disponíveis no mercado.

Esta nova realidade de riscos a assegurar irá continuar pela natural evolução dos sistemas digitais e sociais e não significa que seja uma ameaça para os mediadores de seguros; bem pelo contrário, representa uma excelente oportunidade, com espaço para a inovação, maior literacia, mais produtos apetecíveis no mercado, diferenciação dos players proativos, maior fidelização e satisfação do cliente e no limite, maior sustentabilidade do canal de distribuição de seguros assente na mediação.

É imperativo que o mediador se ajuste à nova realidade e consiga capitalizar as profundas transformações que se avizinharam.



A sua empresa é vulnerável aos riscos cibernéticos?

Contrate o CyberEdge. Uma solução flexível para lidar com o risco cibernético - e com as seguintes consequências.

Na eventualidade de informações confidenciais serem comprometidas, as repercussões para o seu negócio podem ser graves e dispendiosas. É por isso que existe o CyberEdge. Desde à gestão de crises até às investigações legais e aos serviços de restauração de identidade, podemos ajudar a gerir e a mitigar os efeitos de uma violação, para que possa manter o foco no seu negócio.



Bring on tomorrow

Todos os produtos são comercializados por sucursais ou filiais do Grupo AIG, Inc. Alguns dos nossos produtos poderão não estar disponíveis em todos os países ou jurisdições onde atuamos, e estão sujeitos aos termos e condições locais. Para mais informações, visite o nosso site www.aig.com.pt. Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida. As Apólices de Seguro são comercializadas pela AIG Europe Limited - Sucursal em Portugal, com sede na Av. Da Liberdade, n.º 131 3º, 1250-140 Lisboa. Informações e detalhes disponíveis em www.aig.com.pt.